CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1148/86

INTERESSADO : ALISSON OLIVEIRA GADELHA

ASSUNTO : Regularização de vida escolar de aluno do Ciclo Básico e Homologação de Matrícula na 2ª série.

RELATOR : Consº CELSO DE RUI BEISIEGEL

PARECER CEE : N° 752/87 - CEPG - APROVADO EM 25/03/87

Comunicado ao Pleno em 01/04/87

1. HISTÓRICO

Os pais do menor Alisson Oliveira Gadelha protocolaram no Conselho Estadual de Educação, em 1º de setembro de 1986, requerimento solicitando medidas administrativas para que seu filho fosse matriculado na 2ª série, naquele ano, na EEPG "Antônio J. de Carvalho", DE de Araraquara.

Expuseram os pais, que a criança, nascida em 15 de dezembro de 1978, em Fortaleza, Ceará, frequentou a pré-escola desde os dois anos de idade, no Colégio "Sion", em São Paulo. Foi matriculado, em 1986, com 7 anos de idade, na 1ª série do 1º grau (Ciclo Básico), na EEPG "Antônio J. de Carvalho", de Araraquara, e, ao ser constatado que o aluno estava alfabetizado, por orientação do Diretor do estabelecimento e respectiva Supervisora, foi o mesmo remanejado para turma em fase final do Ciclo Básico (antiga 2ª série).

Como o aluno se adaptou prontamente ao novo grupo, voltando a demonstrar interesse e aproveitamento adequados, os pais solicitaram que se regularizasse sua situação. Receberam, então, ofício do Diretor da escola cientificando-os de que o filho deveria permanecer, necessariamente, dois anos no Ciclo Básico.

Inconformados, pois já se iniciava o 2º semestre de 1986, os pais recorreram diretamente a este Colegiado, entendendo que, se a manutenção de seu filho na "1ª série" não seria recomendável como o julgaram o corpo docente e a Diretora da escola, no início do ano letivo, muito menos recomendável seria, agora, reprová-lo na "2ª série", para onde foi remanejado.

A Sra. Presidenta do Conselho Estadual de Educação determinou, aos 02 de setembro de 1986, que o Processo voltasse às origens para as necessárias informações.

Em nível de Delegacia de Ensino de Araraquara, as ponderações da Sra. Supervisora foram desfavoráveis ao atendimento do solicitado considerando: - 1º) as legislações federal e estadual (Lei 5692/71 - art. 18; Decreto 21.833/83; Resolução SE 13/84 artigo 3º) que determinam a duração do 1º grau e do Ciclo Básico, 8 e 2 anos respectivamente; 2º a Deliberação CEE 14/86 que vetou a matrícula na 3ª série do 1º grau, em 1987, de alunos que não tivessem cumprido, no mínimo, dois anos do Ciclo Básico; 3º) "a redução da duração prevista para o

Ciclo Básico, na realidade, leva a um nivelamento por baixo dos alunos e impede a melhoria da qualidade do ensino"; 4º) "o aluno Alisson Oliveira Gadelha, alfabetizado na pré-escola, apresenta um desempenho escolar normal no Ciclo Básico. frequentando Grupo de Apoio Suplementar"; 5º) a criança não apresenta características de excepcionalidade positiva, nem se enquadra em grupo de defasagem idade/série que justificariam a adoção de medidas de exceção.

A Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto levou em consideração o parecer da Delegacia de Ensino de Araraquara, citando o Parecer CEE 1298/86 em que se solicitou às autoridades escolares que, por ocasião da matrícula em 1987, não se esquecessem de que o Ciclo Básico tem duração mínima de dois anos.

Em seguida, foi o processo encaminhado à CENP que, atendo-se à informação da Supervisora de Ensino responsável pela EEPG "Antônio J. de Carvalho" de que "se tratava de um aluno médio, que frequenta o grupo de apoio suplementar desde agosto, não havendo... certeza de sua aptidão para frequentar com sucesso a 3ª série", ponderou a respeito da autonomia das escolas para organizar-se em grupos adequados, no C.B. atendendo ao desenvolvimento dos alunos, e prevendo, inclusive, para os mais adiantados, como o caso em questão, um aprimoramento do estudos.

Só, então, aos 26 de janeiro de 1987, retornou o Processo ao Conselho Estadual de Educação. Como então já terminara o ano letivo, esta Assistência Técnica houve por bem solicitar, por telefone, junto à EEPG "Antônio J. de Carvalho" informações complementares tais como a avaliação final do Ciclo Básico (ficha descritiva), certidão de nascimento da criança e suas avaliações e trabalhos, que estão anexados de folhas 17 a 29 e em pasta.

2. APRECIÇÃO

Alisson Oliveira Gadelha, através de seus pais, solicitou fosse regularizada sua situação escolar, em 1986, para que pudesse ser matriculado, em 1987, na 3ª série do 1º grau, após ter frequentado apenas um ano de Ciclo Básico. Esclarece, em sua petição, que foi renanejado para agrupamento de desenvolvimento mais avançado, por entendimento das autoridades responsáveis pela U.E, visto ter sido alfabetizado em classe de pré-escola.

A solicitação do interessado deve, primeiramente, ser analisada segundo as disposições legais que regem a matéria.

Pelo estatuto legal maior, Lei Federal 5692/71, ficou determinada a duração do 1º grau: -Artigo 18 - "O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades". Portanto, ao pleitear matrícula na 3ª série, após

um ano apenas de Ciclo Básico, estará o aluno reduzindo sua escolaridade de 1º grau para 7 anos. Os casos de exceção, previstos na legislação federal (em seu artigo 9º), referem-se à antecipação de escolaridade (já prevista em Deliberação deste Colegiado - 13/84) e não à acelerado, com conseqüente encurtamento do 1º grau. A proposição dos legisladores, para situação como a de Alisson Oliveira Gadelha tem sido a de adequação dos programas curriculares ao nível de adiantamento dos alunos, cumprindo estes, obrigatoriamente, os oito (8) anos de escolaridade previsto no 1º grau, sem queima de etapas.

E, com esse espírito, foi criado no âmbito do sistema estadual de ensino o Ciclo Básico. A Resolução SE 13/84, que fixou as normas atinentes ao Ciclo Básico assim expôs: "Artigo 9º - Os critérios para a formação de classes serão estabelecidos pela direção da escola, juntamente com os professores do Ciclo Básico, levando em consideração entre outros idade, estágios de desenvolvimento e antecedentes de escolaridade.

Artigo 10 - O remanejamento de alunos será feito sempre que a avaliação do trabalho realizado pela escola o exigir, considerando, além do rendimento escolar, o desenvolvimento pessoal dos alunos, prestando-se esclarecimentos aos pais", (grifos nossos).

Assim, embora flexível nesse aspecto de agrupamentos do alunos em processo de aprendizagem mais avançado, a Resolução SE 13/84, foi, no entanto, taxativa ao determinar a duração do Ciclo Básico no artigo 3º: -"A duração mínima prevista para o Ciclo Básico é de 2(dois) anos letivos.

Algumas escolas, no entanto, talvez por impossibilidade de implementação do Ciclo Básico, com agrupamentos diversos, tendo em vista os diferentes níveis de conhecimento com que chegam os alunos na 1ª série, ou porque, pela sua localização, atendem crianças de bom nível sócio-econômico-cultural, simplesmente procederam à promoção dos alunos pelas etapas do Ciclo Básico, mas esbarraram na determinação legal de duração do curso. Assim foi que, em 1986, o Conselho Estadual de Educação atendeu, excepcionalmente, solicitações de pais que não se conformavam com o que julgavam ser intransigência legal, pois seus filhos eram sucessivamente promovidos e venciam os parâmetros do Ciclo Básico em um ano, mas não podiam ser matriculados na 3ª série do 1º grau. É de se salientar que nossa situação encontravam-se várias crianças em idade inferior à legalmente permitida e que iriam completar 8 anos de idade, no decorrer da 3ª série do 1º grau (Pareceres CEE 892/85, 1489/85, 503/86, 496/86, 103/87, 1390/86, 1433/86), o que não é o caso do interessado presente.

Através da Deliberação CEE 14/86 e Indicação 6/86, homologadas em 27/09/86, este Colegiado vetou a matrícula, na 3ª série, em 1987, de crianças, que tivessem cursado apenas um ano de Ciclo Básico e, enfaticamente, reiterou aos diretores das escolas da rede oficial a necessidade

de implantar o Ciclo Básico propiciando condições para que os alunos mais talentosos ou em estágio mais avançado de desenvolvimento receberem experiências a mais e atividades curriculares paralelas ao curso, visando no fim, a um melhor ensino de 1º grau, em termos de conteúdo. Da Indicação 6/86, destacamos: "Esta situação... decorre de não observância, ..., da necessidade de que os alunos ... tenham dois anos de escolaridade, cabendo a cada unidade escolar propiciar a seus alunos um desejável atendimento pedagógico, criando condições de escolaridade que visem à elevação dos níveis de exigência, compatíveis com o objetivo de um melhor ensino em nossa escola pública".

Alisson Oliveira Gadelha, pela análise dos autos, é uma criança que trouxe toda bagagem de pré-requisitos ofertados pela pré-escola e se destacou no Ciclo Básico, quando matriculado na 1ª etapa, com 7 (sete) anos completos. Em que pese à informação da Sra. Supervisora de que não se trata de criança excepcional, mas de aluno médio, ao final do curso, pela ficha descritiva do rendimento do aluno no Ciclo Básico, às fls. 27, verificamos que ele venceu os parâmetros estabelecidos pela SE, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, ainda que de forma mais lenta que o grupo. Destaca-se, sobretudo, às fls. 25, a informação de que o aluno dominava itens previstos para a 1ª etapa do do C.B., sem tê-la cursado, e no entanto foi o mesmo encaminhado para grupo de apoio suplementar.

Em contato telefônico, a direção da EEPG "Antônio J. de Carvalho" informou que o aluno frequenta a 2ª série, enquanto aguarda decisão do Conselho Estadual de Educação, e que não tem condições de agrupar o interessado em classe de aprofundamento de estudos, pois todos seus colegas, mesmo os mais fracos, estão cursando a 3ª série.

A par dessa análise da responsabilidade do trabalho da escola, ocorre lembrar a idade do aluno em questão. Durante o ano de 1986, o interessado completou 8 anos e completará 9, agora, em 1987. A Deliberação CEE 13/84, que trata da matrícula inicial na 1ª série do 1º grau, traz em seu Artigo 2º - "Poderão matricular-se nessa série, também, as crianças que completam 7 (sete) anos até o dia 31 de dezembro do ano a que se refere a matrícula, no caso de existirem vagas após o atendimento à prioridade do artigo anterior e a critério da Escola". Conquanto a idade de Alisson Oliveira Gadelha não o caracterize como defasado em termos de idade/série (entendido aqui como crianças que iniciam estudos com 9 anos ou mais), situa-se ele naquele faixa de alunos que, de acordo com a abertura ofertada pelo artigo acima, poderia ter cursado a 1ª série um ano antes. É, portanto, perfeitamente exequível a ocorrência de crianças que completam 9 anos no decorrer da 3ª série, ainda que em número reduzido.

Por derradeiro, deve-se, também, fazer referência ao Parecer 338/86 que autorizou matrícula de aluno na 3ª série, em 1987, em detrimento da Deliberação CEE 14/86, uma vez que o processo havia dado entrada no Co-

legiado antes da homologação da referida Deliberação, ocorrida aos 27/09/86. É o caso do interessado, cuja solicitação foi protocolada, diretamente, neste órgão, em 1º de setembro de 1986. Por isonomia, a ele deve ser estendido o benefício concedido no Parecer 338/86.

3. CONCLUSÃO

Em face do que foi exposto, em caráter excepcional, fica o menor ALISSON OLIVEIRA GADELHA, da EEPG "Antônio J. de Carvalho, de Araraquara, autorizado a matricular-se na 3ª série do ensino de 1º grau, em 1987.

São Paulo, 25 de março de 1987.

a) Consº CELSO DE RUI BEISIEGEL
RELATOR

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Anna Maria Q. Brant de Carvalho, Cecília Vasconcellos L. Guaraná, Celso de Rui Beisiegel, Luiz Antônio de Souza Amaral.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 25 de março de 1987.

a) Consº LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA AMARAL
PRESIDENTE